

Uma contribuição essencial para o debate do positivismo

O velho, mas sempre atual, polêmico e mal conhecido positivismo continua sendo objeto de debates. E constitui mérito de Lelita Oliveira Benoit, com sua *Sociologia Comteana* (FAPESP/Discurso Editorial, São Paulo, 1999), contribuir decisivamente para o conhecimento desta filosofia. Com clareza e elegância, ela revela uma leitura em profundidade, atenta aos detalhes e às grandes linhas de condução de um pensamento desafiador para o intérprete, dada sua complexidade. É que no sistema comteano entrecruzam-se de modo inextricável temas cruciais da cultura moderna, como a ciência, a política, a filosofia, a moral, e a religião.

Paciente e sóbria, rigorosamente fiel aos textos, Lelita Benoit entusiasma o leitor com seu aparato crítico e erudição. Suas fontes bibliográficas oferecem informações indispensáveis à compreensão dos textos comteanos, sejam elas referentes às circunstâncias da produção do texto ou exaustivas indicações das filiações filosóficas e históricas do autor. Mas esse verdadeiro trabalho de formiga está longe de ser seu maior mérito — que é o de construir um brilhante desenvolvimento da interpretação marcuseana de Comte, como aponta Isabel Loureiro no prefácio.

Na primeira parte (“Da Economia Política à História”), Lelita Benoit analisa o conjunto de textos do jovem Comte, já orientados para a fundação de uma ciência social moderna. Trabalhando em parte com textos de difícil acesso, com problemas de estabelecimento da verdadeira autoria, mas rastreando tudo o que diz respeito aos anos 1817-1819, ela renova as interpretações mais ou menos consagradas pela exegese acadêmica, ao mostrar que as teses sobre a existência de um período pré-positivista devem ser, no mínimo, revistas. Em sua interpretação, jamais houve adesão completa de Comte ao pensamento econômico nem uma fase pré-positivista. Já em 1817, Comte “propõe que se reflita mais seriamente sobre a organização da moderna sociedade européia, de modo a superar o estado de anarquia instaurado após a Revolução Francesa, e começa fazendo um apelo ao consenso político”, dirigido aos homens influentes da Europa. E aqui já estão sendo colocados alguns dos termos-chave que irão mapear sua trajetória: sociedade moderna, Revolução, organização, consenso, todos de cunho acentuadamente político que revelam a lacuna essencial do pensamento

econômico: a crise atual, por ser de “natureza política e moral” (p. 39), exigiria um instrumento intelectual novo que somente se constituirá com o surgimento da sociologia como ciência. Atenuando a tese da adesão à economia política, Lelita dá o primeiro passo para propor a tese da profunda unidade e continuidade de todo o pensamento comteano.

Perseguindo o ideal de uma ciência do social mais ampla que a economia política, restrita ao cálculo do interesse privado, Comte vai encontrar na história o horizonte que contemplaria também os interesses coletivos. É assim que Lelita inicia a parte II de seu livro (“Sob o Paradigma da História”) com uma

reconstituição da teoria comteana do tempo social e histórico que se caracterizaria, conforme a observação da marcha da civilização, pela estrita continuidade, ritmo lento, linearidade e aversão natural pelas rupturas abruptas e revolucionárias. O tempo social é o tempo da transição gradativa. O tempo histórico impõe, portanto, a resignação como virtude política primeira.

Com essas premissas, Lelita realiza, no capítulo VI de seu livro, apaixonada comparação entre Condorcet e Comte, que considerava aquele filósofo como “seu verdadeiro pai espiritual”. Faz uma leitura cerrada dos textos de Condorcet, cujo *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* se concentra em “três pontos ali considerados os mais importantes: a destruição da desigualdade entre as nações; os progressos da igualdade de um mesmo povo; o aperfeiçoamento do homem real” (p. 177). E mostra como “é contra essa filosofia da história de Condorcet, que privilegia em absoluto a igualdade e a liberdade, que se revoltará Comte” (p. 165), em nome de uma suposta tendência natural dos homens à boa ordem, à obediência e à resignação.

A seguir, concentra-se na sociologia propriamente dita, cujo texto inaugural seria o famoso *Opúsculo Fundamental* de 1822. A expressão imediata da ciência sociológica é a famosa lei dos três estados. Segundo Comte,

o espírito humano, começando pelo estado teológico inicial e transitando pelo estado metafísico intermediário, chega ao estado positivo ou científico atual e definitivo. A ordem torna-se categoria teórico-prática fundamental do pensamento comteano, fundado em parte na objetividade do pensamento científico e, em parte, pela necessidade de pôr freio à revolução. Do ponto de vista subjetivo, ordem é submissão, obediência, disciplina, que têm de aparecer como tendências naturais, necessárias e universais. Dentro dessa perspectiva, Lelita desenvolve a parte III de seu livro, “Sob o Paradigma da Biologia”, realizando uma exegese inédita em língua portuguesa de textos raríssimamente trabalhados e, no entanto, indispensáveis para a compreensão do positivismo. Ela afirma que “nas ‘lições’ de sociologia, as categorias histórico-sociológicas se enraízam profundamente nas categorias biológicas, encontrando nestas últimas sua própria gênese” (p. 331). Mas o que interessa a Comte é o que a biologia pode fornecer, na verdade, para uma teoria da natureza humana (pouco importando que o estudo de qualquer natureza seja por definição “metafísico” e não positivo). Partindo do esfacelamento da unidade metafísica da alma e do eu, elaborado pelas mais recentes conquistas da moderna biologia, Comte propõe a fremologia como ponto de partida para o estudo do homem. Como os homens não foram feitos para pensar, mas para sentir e ter emoções, é necessário sempre um guia que possa conduzi-los nos duros caminhos da vida. E como “na maior parte dos homens existe uma disposição natural à obediência” (p. 356), trata-se de organizar essa tendência natural. Esta será a função social da religião, objeto de estudo da última parte do livro, “Sob o Paradigma da Religião”, em que Lelita trabalha especialmente o conceito de pacto social positivista, ou seja, aquele estabelecido não mais “entre indivíduos, mas entre classes sociais: o proletariado e os “ricos ativos”. Mas o que caracteriza sobretudo o pacto positivista é que exclui explicitamente o ponto de vista da vontade geral (p. 379). Há superiores e inferiores: eis o fato social por excelência, inelutável, indestrutível, eterno!

Investigação rigorosa, mas apaixonada e instigante, o trabalho de Lelita Benoit traz o debate sobre o positivismo a um nível de qualidade raras vezes alcançado.

José Carlos Bruni



SECRETARIA
DA CIÊNCIA
TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO